

Comunidade quilombola Angelim II - Apagamento cultural e a manutenção da memória

Nós Capixabas

Delcina Sousa dos Santos

Josilene Sousa dos Santos

Natália Heloisa Sousa dos Santos Silva

Conceição da Barra/ES, 23 de junho de 2021

A comunidade quilombola Angelim II, composta atualmente por 35 famílias, com aproximadamente 140 moradores, sendo a sua maioria crianças e mulheres, tem no seu modo de vida, práticas tradicionais que atendem as suas necessidades, mas, não prejudicam o meio ambiente.

A comunidade não consta data de formação, mas em relatos de moradores sua existência foi marcada desde os tempos de escravidão, quando o povo negro em busca de liberdade, fugia para as matas, e ali formavam suas famílias e podiam viver de acordo com a sua ancestralidade, podendo exercer culturalmente o seu modo de vida.

Como consta no relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), antes da chegada das empresas de monocultivos na região norte do ES, os moradores que ali viviam, podiam executar as práticas tradicionais as quais se faziam hábito, tais como religiosidade, manejo com a terra, formas de cultivo, alimentação entre outros.

Com a chegada das empresas de monocultura Aracruz Celulose, atual Suzano e a Disa que atualmente encontra-se desativada, houve uma transformação drástica no modo de ser desse povo, que depois de muita luta e resistência para viver de acordo com sua ancestralidade, tem que resistir novamente a um sistema que tenta invisibilizá-lo, apagá-lo, eliminá-lo em prol de uma lógica capitalista.

Essas empresas instaladas na região, por volta de 1960, com suas formas de cultivo, plantações em larga escala de forma desordeira, tem dificultado a existência dos moradores com seu modo de vida tradicional.

Ao longo dos últimos sessenta anos, uma série de fatores tem possibilitado transformações no modo de ser dos moradores da comunidade, que afetados pelas monoculturas buscam soluções para esse problema.

Com a implantação das empresas, muitas pessoas foram para a cidade tentar a vida de outra forma, muitas não viveram muito tempo, por não se adaptarem aos locais aos quais conseguiam para morar, além das condições subalternas as quais foram lançadas. Outros que saíram e não se adaptaram ao local, pensaram em voltar, mas por vergonha, anseio de serem julgados, preferiram ficar e serem lançados a própria sorte. O pouco que restou, vive em luta constante com essas empresas, por afirmarem que as mesmas adquiriram essas terras de forma ilícitas, grilagem.

A Comunidade de Angelim II tenta sobreviver num espaço de mais ou menos 1,5 alqueire com mais de 18 famílias ali habitando, sem espaço habitável e para constituir suas plantações. Existe um compromisso firmando com a Suzano através do PDRT – Plano de Desenvolvimento Territorial, onde tal parceria viabilizaria a autonomia econômica/financeira da Comunidade, mas, na realidade esta é cada vez mais dependente.

Diante dessa falta de autonomia financeira e além das várias violências que Angelim II tem sofrido, principalmente com o aumento dos loteamentos dos seus territórios por pessoas estranhas a Comunidade que tem chegado e ali se constituindo num território ancestral sem respeitar os que ali estão; diante disso a Comunidade tem elaborado estratégias de enfrentamento a essas violações e tentativas de apagamento cultural tanto por parte das empresas de monocultivo (papeleira e açucareira/álcool) quanto desses invasores.

Desde dezembro de 2020 a Comunidade realizou um processo de retomada com a autodemarcação do seu território por meio de placas identificando a Comunidade, com respaldo no artigo 68 da ADCT e o decreto regulamentador 4.337/2003. Além disso, temos feito um trabalho de revitalização e recuperação de nascentes por meio de plantação de mudas nativas e cada nascente recebe o nome de um morador ou ancestral de um determinado núcleo familiar. Ainda pretendemos recuperar os cultos ou missas dedicadas ao padroeiro da Comunidade que é Senhor Bom Jesus da Lapa. Outra forma de manutenção dessas memórias e a troca de saberes entre os mais jovens e mais velhos.

A manutenção das tradições como as rezas e ladainhas, os benzimentos, a produção de azeite de dendê e sabão, a farinha de mandioca e seus derivados, queremos tornar nossa farinha um ponto de comércio e turístico e talvez até o recebimento de selo de produção orgânica.

Acreditamos que esse trabalho de base, de diálogo com os núcleos e de formações também através de oficinas de direitos humanos, direitos das mulheres etc; a produção de conhecimento e capacitação; a recuperação das memórias e de nascentes são importantes para nossa luta e para manter nossas memórias vivas para que os que virão conheçam nossa história e preserve a continuidade do nosso clã negro, quilombola e sapezeiro.

REFERENCIAS

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **A degradação socioambiental do Sapê do Norte – ES. Tese de doutorado em Geografia.** UFF, 2009.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. **A sociologia das ausências e das emergências em sala de aula,** Alas Costa, 2015.

INCRA, Relatório Final para Subsidiar a Identificação e a Delimitação de Quatro Territórios Quilombolas da Bacia do Rio Angelim. Rio Branco – AC, outubro de 20013.

MARACCI, Marilda Teles. **A apropriação de territórios para monocultura de eucalipto, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, março de 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002.